

**Observatório dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais:
interface pesquisa e extensão**

*Observatory of Environmental Conflicts in Minas Gerais: research and
extension interface*

Andréa Zhouri

Coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta) da UFMG.

As experiências de extensão do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta), núcleo vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Fafich/UFMG e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, remetem ao início dos anos 2000, com as ações de assessoria aos atingidos por barragens hidrelétricas no estado de Minas Gerais, sobretudo no Vale do Jequitinhonha.¹ As atividades de extensão se associavam à pesquisa sobre licenciamento ambiental de barragens, projeto que contou com o financiamento da Fapemig e do CNPq entre 2001 e 2006, assim como o apoio da Proex-UFMG, através das bolsas de extensão.

A proximidade e o envolvimento com os sujeitos de pesquisa não são processos excepcionais no campo da pesquisa antropológica. Sobretudo quando se trata de comunidades vulnerabilizadas, em situações de crise ou de conflito, como é justamente o caso daqueles que se encontram na iminência de perderem o seu chão: base material da vida e referência de mundo, de família e de sociedade. Os *oficialmente* atingidos pelas barragens sofrem um processo de deslocamento compulsório decidido no âmbito do licenciamento ambiental, um procedimento político-administrativo que, em geral, lhes é desconhecido e do qual participam em condições absolutamente desiguais. Com efeito, a relação de desigualdade, inerente ao processo de apropriação capitalista da natureza, sublinhou as reflexões acadêmicas do Gesta e instigou a emergência de uma prática universitária cidadã que está na base das ações extensionistas que visam diminuir as assimetrias das posições e das possibilidades de

¹ Uma reflexão sobre a experiência de assessoria encontra-se no livro *Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*, organizado por Franklin Rothman e publicado pela editora da UFV, em 2008. Consultar especialmente o capítulo “Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais”, escrito em coautoria com Franklin Rothman, então coordenador do Nacab, núcleo com experiência semelhante na UFV.

participação dos atingidos no licenciamento ambiental. No âmbito das experiências junto aos moradores do Médio Jequitinhonha foram tecidas redes de compromisso, cumplicidade e solidariedade que marcaram gerações de alunos da UFMG, deixando marcas indelévels nas suas escolhas acadêmicas e futuras atuações profissionais. Ao mesmo tempo, o conhecimento acumulado sobre conflito e licenciamento ambiental veio a se constituir em especialidade reconhecida do núcleo de pesquisa.

Entre os anos de 2007 e 2010, em parceria com as equipes de pesquisadores do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (Ninja) da UFSJ e do Núcleo de Investigações sobre Injustiças Socioambientais da Unimontes (Niisa) o Gesta desenvolveu o projeto Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais². Realizado em interface com a extensão, o projeto buscou refletir sobre os processos hegemônicos de apropriação do território, ao mesmo tempo que almejou uma ação transformadora no tocante à capacitação e ao fortalecimento político-participativo das populações afetadas por lógicas excludentes de exploração da natureza. Ao todo, foram identificados em um mapa interativo, disponibilizado no sítio eletrônico <conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>, 540 casos de conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. Este número, apesar de bastante significativo, não representa uma expressão real ou quantitativa dos conflitos ambientais no estado, mas um registro dos casos mais típicos e emblemáticos de acordo com a metodologia adotada. Nesse sentido, as estratégias metodológicas incluíram duas frentes complementares de trabalho. A primeira, circunscrita à pesquisa documental, resultou em um inventário dos casos de conflitos institucionalizados mediante o levantamento de denúncias e/ou processos formalizados junto ao Ministério Público Federal e Estadual. A segunda frente de trabalho, por sua vez, concentrou-se na busca de elementos que permitissem a identificação dos conflitos não formalizados, por meio da realização de oficinas, consultas e entrevistas junto aos representantes de movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, entre outros atores envolvidos. As oficinas participativas, realizadas nas 12 mesorregiões do estado, pautaram-se por intensa troca de experiências entre

² Além do fundamental apoio da Proex-UFMG, o projeto, que se desenvolve por meio da interface pesquisa e extensão, contou com sucessivos financiamentos da Fapemig e do CNPq.

os atores envolvidos, os quais refletiam sobre as situações em comum, discutiam a legislação ambiental pertinente ao caso e as possíveis estratégias de ação para assegurarem os seus direitos e a defesa ambiental em geral.

Tais oficinas foram realizadas junto aos movimentos e entidades sociais justamente com o intuito de compreender os conflitos a partir da perspectiva das populações que vivenciam no terreno a existência de práticas de apropriação social e ambientalmente excludentes da natureza. Ao mesmo tempo, elas objetivaram estimular uma maior integração e articulação entre os participantes, capacitando-os para uma melhor participação nos processos de licenciamento ambiental das atividades modificadoras dos espaços de suas vivências, sobretudo após as mudanças ocorridas na estrutura e no funcionamento dos órgãos ambientais em 2007³.

As experiências acumuladas ao longo desse trabalho, enfim, demonstram que a interconexão entre extensão e pesquisa apresenta ricas potencialidades no que se refere à articulação da produção do conhecimento com a transformação social. Destacamos o aprendizado recíproco entre professores e alunos das instituições de ensino envolvidas, comunidades e associações locais, órgãos ambientais, instâncias políticas de decisão, bem como movimentos sociais. O processo de realização das oficinas do Mapa dos Conflitos Ambientais contribuiu para que as comunidades envolvidas em situações de risco ambiental aprofundassem a reflexão acerca de suas condições socioambientais e da relação entre as diversas dinâmicas de subtração e de defesa dos seus direitos. No mesmo sentido, a troca de experiências entre os pesquisadores das três universidades, os grupos politicamente organizados e os sujeitos política e economicamente mais fragilizados propiciou um intercâmbio entre os conhecimentos produzidos dentro e fora da academia, levando, por um lado, a reflexões que abarcam as relações de poder intrínsecas à implantação de grandes projetos e/ou à atuação estatal e, por outro, à compreensão do conhecimento construído pelos atingidos sobre essas relações. Sobretudo, aprendemos que os atingidos não são vítimas passivas de processos e práticas engendradas pelos poderosos, mas são sujeitos que lutam ativamente para defenderem os seus projetos de vida e as tradições herdadas e atualizadas nas práticas cotidianas. Nessa

³Lei Delegada nº 125 de 25 de janeiro de 2007 e Lei Delegada nº 178 de 29 de janeiro de 2007.

perspectiva, o projeto Mapa dos Conflitos Ambientais tem contribuído para uma maior transversalidade entre saberes acadêmicos e não acadêmicos, algo fundamental para a construção de um desenvolvimento efetivamente sustentável.

O sítio eletrônico <conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br> permite a qualquer usuário da internet amplo acesso e consulta ao banco de dados qualitativo elaborado com as informações coletadas, ou seja, a visualização da atual dinâmica de apropriação espacial em Minas Gerais. Utilizando as linguagens de programação HTML, CSS, JavaScript, PHP e a base de dados MySQL⁴, este sistema possibilita a visualização georreferenciada dos casos de conflito ambiental através da interface com a plataforma Google Maps⁵, além da eventual manipulação e sobreposição de camadas (municípios, hidrografia, rodovias, outras referências como Unidades de Conservação, Terras Indígenas etc.), bem como o uso de filtros de consulta por atividades e processos geradores de conflito ambiental e por tipo de poluição (do ar, solo, água, visual, sonora). O *website* é constituído por fichas técnicas com a descrição dos casos de conflito ambiental, material audiovisual, textos analíticos e outras informações acessadas a partir da interação com o Mapa.

Em 2012, por meio do programa *Tecnologias Sociais e Justiça Ambiental: Capacitação para Uso do Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais*, apoiado pelo Proext/MEC, o Gesta e seus parceiros iniciaram um processo de atualização do Mapa, com ênfase nas oficinas participativas. Estas já foram realizadas em oito mesorregiões do Estado, ocasião em que foi apresentada e distribuída também a cartilha: *O Exercício da Cidadania Ambiental e dos Direitos Humanos*, elaborada pelo Gesta, com a promoção de discussões sobre o licenciamento ambiental e a política de meio ambiente do estado de Minas Gerais como um todo.

Além das oficinas, o Programa compreende uma segunda ação extensionista, que dá continuidade aos trabalhos de assessoria aos grupos atingidos por projetos econômicos geradores de injustiças ambientais no estado, atividade em curso desde 2001. Em função das demandas recebidas e

⁴O MySQL é um sistema de gerenciamento de banco de dados que utiliza a linguagem SQL (StructuredQueryLanguage) como interface.

⁵O Google Maps é um serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite desenvolvido e fornecido gratuitamente pela empresa Google.

da necessidade de acompanhamento de processos que, em geral, perduram por longos anos, o Gesta tem atuado de forma mais sistemática nos seguintes casos: conflito ocasionado pela atividade de incineração de lixo hospitalar e industrial, no bairro Camargos (Belo Horizonte/RMBH); conflito relacionado ao projeto de construção de um empreendimento imobiliário na Mata do Planalto, área preservada no bairro Planalto (Belo Horizonte/RMBH); conflitos decorrentes da instalação de um empreendimento minerário no município de Conceição do Mato Dentro (Vale do Jequitinhonha); conflitos ocasionados pela implantação de Unidades de Conservação Ambiental em Diamantina; conflitos relativos ao licenciamento ambiental dos projetos hidrelétricos de Aiuruoca (Sul/Sudoeste de Minas), Irapé e Murta (Vale do Jequitinhonha).

Entre as atividades desenvolvidas estão visitas realizadas diretamente nas localidades onde ocorrem os conflitos, elaboração de relatórios técnicos, participação em reuniões com as agências de meio ambiente, ministério público, audiências públicas, etc.

Além de buscar contribuir para melhor efetivar a participação nos processos decisórios, alguns resultados da mobilização social merecem destaque: o arquivamento dos projetos hidrelétricos de Murta e de Aiuruoca, que desencadearam também dois projetos concebidos a partir dos moradores, a saber: a construção de cisternas de captação de água da chuva na região de Murta entre 2004 e 2006 e o projeto de criação de Observatório da Mata Atlântica em Aiuruoca, que se propõe a relacionar atividades de pesquisa, ações escolares e de visitação turística, proposta alternativa à barragem e que deverá ser apresentada à administração municipal em 2013.

Concebe-se, pois, a complementaridade de pesquisa e extensão, por meio das oficinas participativas e do assessoramento de casos de conflitos ambientais. As oficinas propiciaram uma reflexão sobre as formas de utilização do próprio Mapa para que este se torne, de fato, uma ferramenta de comunicação e de visibilização das situações de injustiças socioambientais em Minas Gerais. Uma vez acessado pela internet, o Mapa possibilita inúmeras apropriações e vem sendo utilizado em situações diversas e por diferentes grupos sociais, tais como: em audiências públicas, em função da implementação de algum empreendimento; em denúncias formalizadas junto ao Ministério Público; em escolas de diferentes municípios, a título de educação ambiental, e até mesmo

pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a exemplo da Diretoria de Estratégia para Fiscalização – Defis.

O trabalho de atualização do portal eletrônico seguirá em 2013, por meio do projeto *Observatório dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais: devolução, atualização e capacitação de usuários*, apoiado pela Fapemig, em que serão realizadas oficinas participativas nas demais mesorregiões do estado, possibilitando a continuidade das atividades de pesquisa e a formação de redes de articulação entre as universidades (UFMG, Unimontes, UFSJ) e os sujeitos sociais envolvidos na atualização do Mapa.

Por fim, um balanço das ações extensionistas obriga, para além do destaque às atividades exitosas, mencionar os desafios encontrados pelo caminho trilhado. Entre esses, ressaltamos a necessidade de uma valorização da extensão acadêmica por parte da universidade brasileira em geral e das agências de fomento em particular. Neste aspecto, são ainda poucos os editais voltados para o apoio da interface pesquisa/extensão ou simplesmente da extensão. Adicionalmente, os prazos para execução dos projetos são muitas vezes exíguos para o desenvolvimento de ações que envolvem deslocamentos em longas distâncias e acompanhamentos regulares no terreno, como são as ações de monitoramento e participação em processos decisórios longos e complexos, tal o caso do licenciamento. A título de exemplo, o licenciamento da UHE Murta, no Jequitinhonha, teve início em 2002 e o projeto ficou em sobrestado desde 2005, sendo arquivado em 2012. A continuidade e a regularidade das ações esbarram também na rotatividade da participação dos alunos e no limitado envolvimento de docentes oriundos de diferentes campos do conhecimento. Este último aspecto é agravado pelo próprio estatuto da ação extensionista *vis-à-vis* as atividades de pesquisa e de ensino na universidade. Os professores não recebem créditos pela extensão e esta acaba se constituindo em horas extras de trabalho, não remuneradas e não computadas oficialmente. No caso dos alunos, muitos cursos ainda não contabilizam a participação na extensão da mesma forma como ocorre com as disciplinas e os projetos de pesquisa. A extensão, quando não associada a cursos extracurriculares pagos ou a consultoria para empresas, é então desenvolvida como uma espécie de trabalho voluntário, sendo por isso, talvez, muitas vezes equiparada aos trabalhos de ONGs e, então, desqualificada no seu estatuto acadêmico e na sua associação com a

pesquisa e a formação de recursos humanos. Essa condição da extensão acaba por limitar o atendimento às demandas emergentes e a própria relação de compromisso assumida com os grupos locais, possíveis beneficiários do projeto.

Em que pese as dificuldades a serem superadas, a avaliação de professores e alunos sublinha o valor da experiência que é proporcionada pela extensão no sentido do aprendizado que ela permite pela vivência dos processos no terreno, assim como a reflexão singular que esta experiência instiga sobre os nexos entre a produção do conhecimento e seus efeitos políticos e sociais. No que tange ao nosso projeto em específico, ao aproximar a atividade acadêmica dos conflitos em curso, a extensão permite entender a produção do conhecimento como processo político que é, sinalizando para o pesquisador e o futuro profissional a consciência do seu papel, do seu lugar e da sua responsabilidade para com outros sujeitos sociais.

Agradecimentos

É impossível mencionar todos os alunos e colaboradores do Gesta que em uma caminhada de mais de uma década ajudaram a construir as experiências e ideias aqui apresentadas. Agradeço a todos nas pessoas dos representantes de cada geração: Raquel Oliveira, Marcos Zucarelli, Max Vasconcelos, Luana Motta e Vanessa Samora.